

O meu voto é pela cassação

ROBERTO FREIRE

Nos últimos dias os jornais foram pródigos na publicação de artigos de intelectuais renomados, tendo por objeto de análise a crise política que atualmente se abate sobre o país. Cada um com sua abordagem e matizado por questões ideológicas óbvias, eles de alguma forma concordam em um ponto: moral e política, mesmo que estejam entrelaçadas, possuem lógicas diferentes e a confusão dos conceitos pode levar a erros graves quando o que se está discutindo são políticas públicas e governabilidade.

Ao longo de minha militância no PCB, e influenciado por sua concepção da democracia como processo, aprendi a ficar desconfiado de todo movimento moralista e de criminalização da política. Quase sempre, quem recorre a tal tipo de bandeira dialoga com o populismo, mistifica a política e pode, com isso, acabar gerando saídas conservadoras e golpistas. Ou seja, o moralismo é um instrumento mais recorrente nas mãos da direita. O udenismo, de triste memória, ficou para trás e, da parte do PPS, não pretendemos revigorá-lo.

Essa concepção do PPS está na raiz das divergências e de alguns embates que, às vezes, travamos com outros segmentos de esquerda. A ética é um valor permanente, independe de opções ideológicas e deve nortear toda conduta dos homens e mulheres, com mais atenção para aqueles que exercem atividades públicas. Mas encarcerar a ética em um movimento moralista, e esquecer da política como instrumento maior de transformação, é um equívoco completo no qual não embarcamos.

Ou seja, quem pretende mudar o Brasil não pode ficar alimentando um frenesi nacional destituí-

do de conteúdo. Precisa, isto sim, acertar o rumo e concertar um projeto global de mudança estrutural do país. Um frenesi que, em última instância, pode se voltar contra a democracia e a própria ética. O senso comum é um tanto errático e, portanto, deve ser mediatizado por uma política formadora, propositiva, ética e não demagógica.

Exponho conceitos gerais, exatamente para avançar a minha posição acerca do caso da violação do painel do Senado, inserindo-o em um contexto maior, o do aprofundamento da democracia no país. Se não canto loas a um certo espasmo moralista, estou convencido de que os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda cometeram um “atentado violento” ao decoro parlamentar. Em outras palavras, agrediram um dispositivo constitucional, o que seria o maior de todos os crimes se fôssemos absurdamente estabelecer uma hierarquia entre eles. Se desmoralizarmos as instituições republicanas, todos os demais crimes – entre eles, a corrupção – recrudescerão e ficarão sem controle; se reafirmarmos o império do estado democrático de direito, tais crimes poderão ser coibidos.

Por isso, considero absurda a linha de defesa dos senadores quando dizem que não merecem a cassação porque excessiva seria a pena, uma vez que não roubaram nem mataram. Ora, se não cometeram esses dois típicos penais, tudo o mais seria menor ou não teria importância.

Penso diferentemente. Por terem cometido uma violação constitucional, e de quebra ainda o crime

de prevaricação, defendo a cassação dos dois parlamentares. Não digo isso com alegria nem muito menos movido por questões ideológicas, porque bem ou mal os acusados são homens públicos e chegaram ao Congresso por intermédio do voto. Faço-o com constrangimento. A posição que defendo é resultado de um imperativo ético, da consciência, de quem acredita na República e na política como instrumento de transformação.

Frente à crise e à própria onda moralista, os homens públicos éticos e responsáveis devem trabalhar para que a democracia saia fortalecida. Ao invés da mitificação, deve ser agendada a reforma de nossas instituições e do próprio arcabouço jurídico que rege o mundo político, de forma a dar mais transparência às atividades públicas, destituindo-as, o máximo possível, do peso do dinheiro e do tráfico de influência que sempre vive à sombra do poder.

Paradoxalmente, com o processo de privatização todo um modelo de reprodução da elite política brasileira começa a ser jogado no lixo. A crise ACM e Jáder representa um pouco esse cenário – os escorpiões picam-se a si próprios, pois o sapo já é artigo raro. A afirmação da democracia, que deve passar neste momento – e no aguardo de outros – pela cassação de ACM e Arruda, pode ser um grande exemplo de decência e decoro, importantes para a construção de um novo país.

Não canto loas ao moralismo: estou convencido de que os senadores atentaram contra o decoro parlamentar

Roberto Freire é senador (PPS-PE)